

## ENSINO MÉDIO INOVADOR E INTEGRAL

Monique Fernanda dos Santos<sup>1</sup>  
Roberto Deitos<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa o processo da implantação do Ensino Médio Integral, desde as metas previstas no Plano Nacional de Educação até a efetivação no dia a dia do processo educativo nas escolas, especialmente no que diz respeito à reflexão em torno do significado de uma formação integral e(m) tempo integral, a partir das experiências vividas por jovens estudantes do Ensino Médio. A compreensão do ensino médio integral exige um exercício reflexivo de dissonâncias entre leis, propostas educacionais e a realidade das escolas EEB Rui Barbosa e Sórora Angélica, localizadas no município de São Lourenço d'Oeste-SC, com gestores, professores, pais estudantes.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Integral. Educação. valores.

### ABSTRACT

This article analyzes the process of deploying the High School in full time, since the goals outlined in the National Education Plan by the realization on the day of the educational process in schools, especially with regard to the reflection on the meaning of a comprehensive training and (m) full-time, from the experiences of young high school students. Understanding the full high school requires a reflective exercise dissonance between laws, educational proposals and the reality of managers, teachers, parents, students on Public Schools of Rui Barbosa and Sórora Angelica, located in the city São Lourenço d'Oeste in the state of Santa Catarina.

**Keywords:** High School in full time, Education. Values

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir a implantação do Ensino Médio Inovador em Tempo Integral sob a ótica dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Salientamos, de início, que não se trata de denunciar certos descasos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: [moniquefernanda@unochapeco.edu.br](mailto:moniquefernanda@unochapeco.edu.br).

<sup>2</sup> Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1990), graduado em Psicologia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (2011). Mestrado em Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano e Caribeño (2000)/FURB-SC, Pós-Graduação em Educação e Ética e Filosofia Política. E-mail: [deitos@unochapeco.edu.br](mailto:deitos@unochapeco.edu.br).

com a política de inovação do ensino, mas, sobretudo, ouvir as vozes dos sujeitos envolvidos na implantação da proposta, que ora já é uma realidade.

È oportuno frisar que já decorrem três anos da implantação da proposta nas unidades escolares estudadas e há muito que ser feito para que as metas previstas sejam de fato e de direito contempladas no cotidiano do processo educativo. Evidente, como se trata de algo novo que, em tese, muda a lógica do ensino, das relações interpessoais e com a formação do estudante precisa por parte dos órgãos governamentais acompanhamento, investimento e formação continuada para que as metas para a formação em tempo integral sejam contempladas.

Por essa razão, julgamos pertinente e importante essa reflexão ouvindo gestores, professores, estudantes e pais. Aquilo que precisa. Por sua vez, a investigação crítica de tais impasses que ocorrem na efetivação de uma proposta com a realidade das escolas fornece elementos importantes para o questionamento de uma possível leitura que circunscreve a função social da educação para a humanidade, especialmente no que diz respeito das metas e a realidade das escolas.

## **1. ENSINO MÉDIO INOVADOR E INTEGRAL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) confere ao Ensino Médio o caráter de etapa integradora e finalizadora do processo educacional brasileiro considerado básico para o exercício da cidadania, para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal do educando (SANTACATARINA, 2012).

Ao integrar a Educação Básica, como sua etapa finalizadora, o Ensino Médio deverá assegurar ao estudante a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos construídos no Ensino Fundamental, o preparo para o mundo do trabalho e para a cidadania, o aprimoramento como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. De acordo com esta mesma diretriz, o Ensino Médio tende, também, a tornar-se progressivamente obrigatório e universal constituindo-se como uma das responsabilidades dos estados, e a oferta deste nível de ensino configurando-se

como fator de desenvolvimento econômico, social e de avanço da democracia (SANTACATARINA, 2012).

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina tem promovido discussões em torno da estruturação de um novo Ensino Médio tendo como eixos norteadores o domínio dos conhecimentos básicos e a preparação científica e tecnológica capazes de situar o sujeito como produtor de conhecimento, participante do mundo do trabalho e cidadão consciente do seu papel social.

Desde a promulgação do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o Estado de Santa Catarina buscou possibilitar aos estudantes do Ensino Médio da rede estadual uma formação que os habilite ao mundo do trabalho. Foram selecionadas 29 escolas, cada uma numa região distinta do Estado, e definidos os cursos para implantação em 2006. Estes cursos foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado e abrangem, no corrente ano (2007) um total de 2000 estudantes matriculados (SANTACATARINA, 2012).

A educação profissional que aparece nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, acontece por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

A educação profissional deve compreender organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; e a indissociabilidade entre teoria e prática. A educação profissional técnica de nível médio, é desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, observados os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

Outra contribuição para a implantação do Ensino Médio Inovado e Integral é o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem uma vigência de dez anos e estabelece as metas a serem alcançadas pelo país até 2020. Cada uma das metas vem acompanhada das respectivas estratégias que buscam atingir os objetivos

propostos. A importância do PNE se expressa no seu conteúdo e nas desafiadoras diretrizes, como erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade de ensino; formação para o trabalho; promoção da sustentabilidade socioambiental; promoção humanística, científica e tecnológica do país; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto; valorização dos profissionais da educação; difusão dos princípios de equidade, respeito à diversidade e gestão democrática da educação (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Algumas das metas do plano referentes ao Ensino Médio: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento, nesta faixa etária. Alguma das estratégias para alcançar esta meta é estimular a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do Ensino Médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Outra meta é oferecer educação em Tempo Integral em 50% das escolas públicas de educação básica. E as estratégias para atingir essa meta é estender progressivamente o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares. Isso para garantir que o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos metade dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Orientar a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino. Atender as escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, considerando as peculiaridades locais (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e a melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Associar a prestação de assistência técnica e financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos e nas condições priorizando sistemas e redes de ensino com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo da média nacional. Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o exame nacional de ensino médio ao sistema de avaliação da educação básica (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

## **2. A VOZ DOS PROTAGONISTAS DO ENSINO MÉDIO INOVADOR E INTEGRAL**

A pesquisa foi realizada em duas escolas do município de São Lourenço do Oeste-SC, E.E.B. Sórora Angélica e E.E.B. Rui Barbosa. Os sujeitos desta pesquisa são 28 professores e gestores identificados pela letra D, 30 estudantes identificados pela letra E, e 22 pais identificados pela letra P, de ambas as escolas. Por meios da análise dos dados coletados buscamos compreender a percepção dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem sobre o Ensino Médio Integral.

A produção de dados foi realizada, partindo da pesquisa qualitativa, a qual se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados e articulado a abordagem dialética, que se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados (DESLANDES, GOMES, 2010).

O ciclo da pesquisa se delineou em forma de um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações. Na fase exploratória da pesquisa foram levantadas interrogações sobre o objeto, pressupostos, as teorias pertinentes, escolhido enquanto metodologia a dialética e construído o projeto. O trabalho de campo, que consiste no recorte empírico da construção teórica, aconteceu principalmente na forma de entrevistas e no levantamento de material documental (DESLANDES, GOMES, 2010)

## **2.1 Percepção da escola e comunidade sobre o Ensino Médio Integral**

Diante dessa necessária colocação acima sobre a abordagem, indagamos aos professores, gestores, estudantes e pais como eles avaliam o Ensino Médio Integral<sup>3</sup>. Essa indagação nos permite ter uma noção de como está sendo visto e recebido esse programa pelos protagonistas do ensino e pela comunidade como um todo. Mesmo que em sua maioria concordem que a proposta seja interessante, inovadora e desafiadora, colocam também vários questionamentos, que são extremamente pertinentes face aos desafios postos à realidade escolar daqueles que fazem da educação uma possibilidade do aluno ascender humanamente e profissionalmente.

Hoje, muito se tem comentado sobre a relação escola e família, o quanto é importante à participação dos pais na escola e na vida do aluno. Nesse ponto, quando indagados sobre como eles avaliam o EMI, mais de 70% dos pais entrevistados avaliaram como sendo bom, o estudante tem mais tempo para absorver as teorias, bem com um currículo diversificado. Ao passo que 30% atribuem regular, por várias razões apontadas por eles que será objeto de reflexão

---

<sup>3</sup> Doravante será denominado pela sigla EMI.

mais adiante. Observamos que há uma substancial diferença, na média, dos pais de uma escola em relação à outra. Ou seja, na escola A os pais conhecem a proposta, atribuem uma significativa mudança em relação ao Ensino Médio Regular noturno, mesmo apontados limites em pontos importantes da proposta do EMI, como nessa fala do P. 11:

Acho que nos dois primeiros anos foi proveitoso, além de trabalhar algumas disciplinas diferentes como música e dança, aumentam aulas das disciplinas básicas, além de manter o adolescente mais tempo ocupado. Já na terceira série esse adolescente, pela faixa etária, já poderia ser inserido no mercado de trabalho como aprendiz e estudando três tardes torna isso inviável, onde muitos alunos transferiram-se para o período noturno no qual sabemos que o rendimento escolar não é o mesmo.

Na escola B, os pais conhecem, em linhas gerais, a proposta do EMI, mas demonstram-se reticentes quanto à efetividade e objetivo da própria escola na preparação do estudante para o vestibular e para o mercado de trabalho, como versa o P. 4:

Momentaneamente não vejo vantagem. Os alunos chegam em casa mais cansados e com dificuldades nos horários para fazer cursos ou algo do tipo. No terceiro ano isso se agrava ainda mais, pois os alunos precisam se preparar para os vestibulares e acaba faltando tempo, até porque esse tipo de estudo específico eles não têm na escola.

Em se tratando de pais pode-se facilmente confundir a escola como uma instituição que tem como finalidade última preparar o aluno para o mercado de trabalho. Ou seja, segundo Lins (2003, p. 39), “O ato de educar confunde-se com o de trabalhar”. Embora tal preposição seja em parte verdadeira, não se pode reduzi-la somente a esse aspecto. Isso reflete de alguma forma na concepção, especialmente de pais sobre a função social da escola e do ensino.

Em relação a isso, alguns asseveram que as escolas ainda não estão preparadas para que tal proposta do EMI como propõe os documentos oficiais, pois ela necessita de infraestrutura e mais investimentos financeiros. Uns chegaram a afirmar que dificulta os horários para fazer cursos o que atrapalha o preparo para o vestibular e, de certa forma, impossibilita a inserção no mercado de trabalho. Por essa razão, está sendo menos produtivo que o esperado. Embora isso seja um fato,

muitos professores e estudantes, mesmo vivenciando tal fato no processo ensino-aprendizagem, colocam como algo inovador e muito proveitoso, mesmo que as limitações de espaço, investimento e formação ainda seja um dos principais desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar. Logo, alguns pais e estudantes afirmam que isso gera cansaço e indisposição, pois aquilo que seria o motivador acaba sendo o próprio entrave epistemológico da efetividade do programa. Por vezes, alguns chegam a se referir ao EMI como “Perda de tempo e que não veem vantagens” (P-1)<sup>4</sup>. Enquanto outros versam que um dos dificultadores do processo são os horários para fazer cursos e preparar para o vestibular.

Essa visão positivada da educação ainda prevalece na concepção de muitos pais e estudantes, que vê a educação como uma instituição que deve preparar para ser alguém na via e para o mercado de trabalho. Segundo Lins (2003, p. 39), isso ainda soa muito forte na concepção de pais e estudantes porque “[...] para as leis do capital não existe idade ou sexo. Perante as leis do capitalismo, todos são força de trabalho em potencial”. No entanto, o EMI é percebido por outros pais, estudantes e professores como um espaço de aprendizagens e formação cidadã: “[...] mais tempo na escola, aprendendo para ser bons cidadãos” (P. 8). Isto corrobora com a proposta de ampliação da jornada escolar, pois visa que escolas e professores desenvolvam projetos que, de certa forma, atendam as expectativas das políticas públicas, especialmente das esferas de ensino municipal e estadual, seja no formato de programas, como também no ordenamento de legislações específicas sobre o tema. Em relação aos programas, verifica-se na realidade brasileira um crescimento “de projetos na educação básica pública que têm como característica marcante a criação da jornada integral” (CAVALIERE, 2007.p.1016).

Uma das respostas de pais muito interessante, que vai ao encontro do programa, diz respeito à ocupação dos estudantes. Assim ele se expressa: “Muito bom, tempo maior para os estudos e desta forma não ficam pelas ruas, além de formar para seguir na sua carreira profissional” (P. 10). Outros ainda colocaram que não importa o tempo e sim a qualidade do estudo proporcionado em sala.

Em relação à integralidade do ensino os estudantes, em sua maioria, assim como os pais, descrevem as aulas do contraturno como cansativas, e citam faltar uma metodologia que torne a educação mais envolvente e prazerosa, pois

---

<sup>4</sup> Doravante, os pais serão denominado de P; os professores D e os estudantes de E.

ainda encontram-se em um período de adaptação, como vemos em depoimentos de alunos:

“Gostaria que as aulas a tarde fossem mais leves, diferentes” (E. 14)

“Menos produtivo que o esperado” (E. 23)

“Poucas aulas práticas, falta de material” (E. 32)

“As aulas da tarde não são aproveitadas, deviam ser utilizadas para simulados de vestibular e ENEM” (E. 18)

Disso pode-se aferir que a proposta de ampliação do EMI é uma realidade que, gradativamente, vai estendendo a todas as unidades escolas das três esferas de ensino (federal, estadual, municipal), pois segundo o Plano Nacional de Educação (2001, p. 26) afirma que

Ampliar, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente.

No entanto, há muito que se avançar para que a normatização e a realidade sejam alcançadas, pois não só reflete na própria adesão à sua implantação, mesmo que ela seja “obrigada”, como o próprio existir da escola:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola devem se organizar a partir dessa questão (SAVIANI, 2000, p.19-20).

Por essa razão, vê-se que pais, professores, gestores e estudantes reafirmam a distância entre a proposta e o que está efetivamente acontecendo nas escolas. Se de um lado, temos pais e estudantes apresentando certo descontentamento quanto à implantação, em curso, por outro lado temos professores e gestores clamando por infraestrutura, investimentos financeiros e pedagógicos para efetivar a proposta no dia-a-dia, pois, segundo Saviani (2000, p. 18) “[...] A escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado”.

Tal distanciamento entre a normatização e a realidade gera ideias que contraria as próprias aspirações de um EMI como uma política pública. Alguns chegam a referir o EMI como perda de tempo e matação de aula. Outros chegam a mencionar, mesmo em meio às dificuldades, alguns aspectos positivos, como a convivência com os amigos, a soma de valores em suas vidas e o fato de tirar os

adolescentes das ruas aparece como potencialidade, tanto para estudantes quanto para professores.

Segundo os gestores e professores que trabalham com o EMI, ainda tem muito a melhorar, precisa de uma reestruturação pedagógica, melhores condições de trabalho e valorização dos profissionais da educação, mudanças no redesenho curricular e de infraestrutura nas unidades escolares. Mas já oferece muitas oportunidades, um currículo diversificado ao estudante, oportuniza maior conhecimento em todas as áreas, principalmente na cultura, esporte e informação, entre outras, como afirma D. 3:

A proposta do Ensino Médio Inovador é muito boa, porém desafiante para quem efetivamente fará acontecer no âmbito escolar, pois é um programa que propõe inovações e uma nova organização do trabalho pedagógico das escolas públicas, objetiva mudanças no redesenho curricular e de infraestrutura. No entanto todas essas melhorias precisam de fato ocorrer nas unidades escolares.

E nesse ponto, os professores colocavam suas angústias no decorrer da implantação com senso crítico e voltado à educação em seu sentido lato. Saviani (2000, p.53) sugere que interprete o teor das vozes dos professores, da “vontade que o professor manifesta em querer fazer algo na escola”. Desse modo, gestores, professores e estudantes querem uma mudança ampla e profunda na organização e gestão do EMI, pois, segundo Saviani (2000, p. 23),

[...] para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e seqüenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não-domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de ‘saber escolar’.

Assim, portanto, o tripé da escola professor-estudante-pais tem conhecimento do programa do EMI com suas propostas inovadoras em relação ao Ensino Médio Regular noturno. Isso é importante porque significa que, especialmente, os pais estão se apropriando das políticas públicas relativas à educação, pois os gestores e professores pela condição de funcionários institucionais tomam conhecimento e avaliam porque estão inseridos no próprio processo ensino-aprendizagem, bem como os estudantes. Com efeito, a

comunidade precisa envolver-se mais no processo para que haja uma conjunção de forças do tripé da escola cobrando do Estado, gestor principal da educação, a adequação necessária do teor dos objetivos e metas do plano na realidade escolar. Acredito que quanto mais atuante for o tripé as dificuldades poderão serem mais brandas, pois ela é, também, parte inerente do processo ensino-aprendizagem.

## 2.2 Relação escola e trabalho na ótica de pais e estudantes

Essa indagação nos possibilita avaliar a concepção de pais e estudantes sobre a função da escola no contexto da formação humana e científica (SAVIANI, 2000). A nosso ver é uma questão central para avaliarmos duas teses que permeiam, de modo geral, a educação brasileira: uma positivista e outra crítica. A segunda fundamenta documentos como a Proposta Curricular de Santa Catarina, especialmente a partir de Vygotsky. A primeira, mesmo que forma indelével, ainda perpassa visão de muitos gestores, professores, pais e estudantes. Pode-se dizer que essas duas se defrontam em meio às dificuldades e avanços do ensino, pois na medida em que elas são analisadas e debatidas nas escolas pelos protagonistas do processo ensino-aprendizagem pode criar uma síntese criadora.

Para Saviani (2000, 89), a função da escola e do ensino é levar o estudante a se apropriar dos conhecimentos sistematicamente elaborados cientificamente, socialmente e culturalmente. Assim, o processo pedagógico na escola “[...] tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico”. Logo, o processo educativo é uma forma de trabalho. Essa tese em sua maioria ainda precisa ser melhor trabalhada na escola com estudantes e pais de forma que ela seja compreendida em sua dimensão humana e existencial.

De modo geral, essa visão contrapõe-se, ainda, a visão positivada de educação na qual, pais e estudantes, concebe a escola como uma instituição responsável pela formação intelectual e Moral do estudante. Ou seja, segundo Luckesi (1992, p. 41), e escola reproduz a própria sociedade e seus condicionantes:

[...] a educação como *reprodutora* da sociedade implica entendê-la como um elemento da própria sociedade, determinada por seus *condicionantes* econômicos, sociais e políticos – portanto, a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes.

Isso aparece em algumas falas dos entrevistados, pais e estudantes, na perspectiva da escola reprodutora da sociedade, a reprodução de um discurso instituinte dos condicionantes econômicos, sociais e políticos da sociedade, como nas falas dos estudantes:

Hoje ninguém é nada na vida sem estudos, porém a sempre alguém que acaba deixando de estudar para trabalhar cedo, pois precisa ajudar a família em questões financeiras ou devido a outros problemas, muito disso acontece em nossa sala que começou com quase 40 alunos e hoje tem quase 15 e ano que vem a previsão é para diminuir ainda mais, isso prejudica o nosso curso, pois além de sermos em 15 alunos, somos a única turma de segundo ano do EMI. (E. 6)

A educação escolar tem uma importância imensa, pois as crianças crescem na escola e ali aprendem os valores, como conviver em sociedade, dividir, ajudar, se esforçar, ser um ombro de um amigo, e é essas concepções que leva para sua vida fora da escola. (E. 7)

A educação é a formação para o trabalho, fiz pós-graduação e estudo desde a pré-escola. (P. 3)

Eu parei de estudar porque na época meu pai dizia que menina não precisava estudar e sim saber trabalhar e cuidar da casa. (P. 5)

Em meio às palavras evidencia-se a ideia a qual a função da escola e o valor do trabalho refere-se, de modo geral, como pressuposto básico do existir da escola ou a necessidade do trabalho sobrepondo a própria formação intelectual, pois ela é responsável para o sustento da família e o futuro dos filhos, como também necessário para alcançar sucesso e metas. Além disso, entre os pais quase que unânime a visão de que o trabalho engrandece o caráter, a experiência, independência financeira e amadurecimento. Sobre os adolescentes trabalharem citam que a prioridade deve ser o estudo.

O trabalho aparece diretamente relacionado ao ensino, como sendo “[...] importante, também, para que a pessoa tenha uma utilidade” (E. 6), “[...] uma forma de contribuir com a sociedade” (E. 5), pois “[...] com o trabalho a pessoa aprende a viver em sociedade” (E. 3), “[...] a trabalhar em equipe e dar valor às coisas” (E. 14). Nessa mesma direção, pais afirmam que o trabalho representa “O sonho de todo o jovem, seu primeiro emprego, crescer profissionalmente” (P. 4) e “Importante, para garantia de futuro” (P. 7).

Os pais, professores e gestores ao falarem sobre a relação entre trabalho e educação, se referem à educação como formação para o trabalho. Aqui cabe uma breve reflexão sobre a ideia que ainda permeia o pensamento da maioria de pais e professores sobre essa relação. Para Saviani (2000, p. 17),

[...] diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência.

Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano (o mundo da cultura).

Desse modo, o trabalho e educação se relacionam na medida em que o homem se apropria do conhecimento e da cultura. Logo, essa relação inicia-se já nos anos iniciais da educação básica. Ou seja,

Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza bio-física. Consequentemente, o trabalho educativo e ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2000, P. 17).

O EMI é uma oportunidade para desmistificar a visão romanceada e positivista da educação e do trabalho, possibilitando ao estudante uma formação humana comprometida com o “ethos” humano. Para que esse propósito seja logrado no dia-a-dia há que se apropriar das propostas pedagógicas e adequá-las segundo sua especificidade e fazer do processo ensino-aprendizagem o meio de se tornar humano, apropriando-se do saber científico e cultural, pressuposto básico na formação humana e cidadã. Quando isso não ocorre e/ou não em sua dimensão educativa irá ocorrer justamente o descompasso entre a teoria (norma) e a realidade (social).

### **2.3 Ensino Médio Integral: entraves e desafios**

O Plano Nacional de Ensino (2011-2020) visa atender um protocolo de comprometimento com o acesso e a permanência na educação da população entre

4 a 17 anos, sendo que uma das metas é elevar o índice de atendimento em idade escolar próximo a 100% até 2020.

O EMI, programa que visa inovar o ensino no Brasil, evidencia a pressão e a luta constante pela democratização da educação, especialmente em relação à promoção do acesso, permanência e a aprendizagem bem sucedida dos alunos da rede pública de populações em idade escolar que representam vulnerabilidade e risco social, tal como preconiza nos documentos norteadores da proposta do programa do EMI:

[...] a educação brasileira está sendo beneficiada pelos avanços firmados, nas últimas décadas, desde o compromisso assumido na Carta Constitucional de 1988, na Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011, p.8).

No entanto, vê-se que, ainda, o Plano precisa ser apropriado em sua integralidade pela comunidade escolar, especialmente estudantes e pais, pois professores conhecem em função da condição de executores do programa do EMI. A maioria dos pais e um número considerável de estudantes afirmaram que conhecem o Plano porque foram informados na escola. No entanto, a maioria desconhece o teor das metas, exceto àquela que se refere à erradicação do analfabetismo na meta nº 9: “Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5 até 2015, erradicar o analfabetismo funcional absoluto e reduzir em 50% a taxa do analfabetismo funcional até o final da década” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011).

De modo geral, quando se pede sobre as demais metas a resposta é quase que unânime “Não tenho conhecimento” predominou entre os pais. Embora isso seja o próprio reflexo histórico do distanciamento entre escola e família, há que promover continuamente o debate para que ambos, escola e família, possam promover as metas propostas para além dos índices positivados nas estatísticas que, muitas vezes, não refletem a realidade social.

Mesmo a proposta em curso em um número considerável das escolas de Ensino Médio no Estado, os pais entrevistados disseram que é um Plano que traçou metas para o desenvolvimento do Ensino Médio, que visa entre outras coisas,

também, tirar os adolescentes das ruas e possibilita uma educação de qualidade a eles, preparo para entrar na universidade. Para isso, precisa que escola e comunidade se apropriem da proposta, compreender as metas como erradicação do analfabetismo e analfabetismo funcional. Por outro lado, o Estado tem a obrigação e o dever de dar a estrutura mínima para a proposta se efetive segundo o que a própria normatização do Plano propõe, e não simplesmente aumentar a taxa de matrículas no Ensino médio, elevar a escolaridade da população de educação em tempo integral atendendo as peculiaridades locais, garantindo a permanência por mais tempo do aluno na escola.

Os estudantes que estão se apropriando da proposta afirmaram que é um plano que tem como meta “melhorias na educação” (E. 3), “tirar os alunos das ruas”(E. 5), “dar-lhes uma boa alimentação, laboratórios para pesquisa e aulas de cultura”(E. 12), “diminuir o analfabetismo e ampliar a educação para todos os estados do país através de investimentos financeiros” (E. 8). Nota-se aqui que alguns estudantes entrevistados realmente conhecem parte da proposta, especialmente no que diz respeito à meta principal: “oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011), no entanto, são unânimes em afirmar que falta estrutura para atender o que diz o programa, como afirma o estudante E. 19:

A ideia do Ensino Médio Inovador é boa, entretanto, a prática não funciona como seria para funcionar. Inicialmente, muito nos foi prometido, aulas diferenciadas, mais dinâmicas e práticas, e por termos mais aula, mais aprendizagem haveria. Contudo, não foi isso que aconteceu. Mesmo com mais aulas, em muitas matérias não conseguimos ver todo o conteúdo, aulas práticas foram poucas, até porque não havia material para isso. Como proposta também teríamos direito a viagens de estudo, duas por ano. Nossa turma só fez uma, nos três anos de ensino médio. A desculpa foi que o dinheiro do estado não veio. Porém, não sabemos. Por isso ressalto, ensino integral é bom se tiver bons resultados e se for aplicado com eficiência, com estrutura, caso contrário é apenas uma “matação de tempo”, o qual poderíamos aproveitar de outra forma fora da escola.

Nesse ponto, segundo Saviani (2000), para que o estudante se desenvolva, como afirma o Plano Nacional de Educação (2011), há que se dar uma infraestrutura para o desenvolvimento dos programas, pois não é suficiente aumentar a taxa de atendimento de alunos de 15 a 17 anos, oferecendo-lhe uma formação integral, se o Estado não oferecer uma escola equipada, com professores em formação continuada e um currículo que atenda as necessidades e objetivos do próprio plano.

Já os professores e gestores afirmam que o Plano Nacional de Educação do EMI estabeleceu metas para a unificação do EMI até 2020, neste período capacitações e estudos serão elaborados para a melhoria do EMI. Neste plano, segundo professores entrevistados:

Pretende-se atingir as 20 metas estabelecidas até o período determinado para a construção de planos de Educação com políticas de Estudo para a realização de um bom trabalho na Educação Integral (D. 4)

Uma das metas é oferecer no mínimo 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental e Médio na forma integrada à educação profissional. Oferecer em tempo integral no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% de educação básica. (D. 5)

Universalização do atendimento escolar, superação das desigualdades sociais, formação para o trabalho, valorização dos profissionais da educação, promoção de sustentabilidade social, ambiental, promoção humanística, científica tecnológica, difusão dos princípios de equidade, respeito à diversidade e gestão democrática da educação. Trabalhar de forma integral, de forma inovadora. (D. 3)

O programa de Ensino Médio Inovador, em seu projeto, busca atender as metas do Plano Nacional de Educação, principalmente aquela que trata do Ensino Integral, porém tanto gestores, professores e estudantes asseveram que falta muito ainda para que realmente aconteça com êxito essa modalidade, pois

Mais do que aumentar as horas do aluno na escola é necessária uma reorganização com maior eficácia em todos os aspectos para tornar o ensino motivador e prazeroso, proporcionando melhores condições, tanto para alunos, familiares, quanto para a equipe gestora e pedagógica da escola para a busca de melhores resultados. (D. 7)

Nessa ótica, de acordo com os professores entrevistados, a educação escolar em tempo integral só se tornará de fato importante e desejada pelos estudantes se, segundo Saviani (2000), ela tiver um currículo que ofereça a apropriação dos conhecimentos científicos e culturais, caso contrário estará contribuindo para que o estudante mude de turno e modalidade para ingressar no mercado de trabalho, pois se têm visto que isso de uma forma está contribuindo para que o estudante ingresse no Ensino Médio noturno e passe a trabalhar para ajudar a família em questões financeiras ou devido a outros problemas, é algo recorrente nas escolas, e resulta em troca dos estudantes para o curso noturno.

De modo geral, os professores entrevistados que trabalham com o EMI asseveram as políticas públicas em relação ao EMI estão sendo pensadas, pois

mas tudo demora muito para ser concretizado, deve-se haver um melhor planejamento e discussão com a comunidade escolar e governo, pois assim como os alunos muitos objetivos ficam só no discurso. Acontece a implantação de propostas de educação sem valorizar condições adequadas para estrutura-las. Falta continuidade. (D. 6)

Segundo os professores, política é boa, mas falta estrutura física e investimentos. As políticas públicas não efetivaram a proposta. Governos mencionam nas campanhas políticas a implantação, mas não dizem em que condições elas estão sendo efetivadas de fato. E mais, dizem que cada governo apresenta sua proposta sem concluí-la, não existe uma sequência, preocupação a longo prazo.

Outro aspecto que tem sido um entrave na efetividade da proposta diz respeito aos recursos financeiros. Os professores e gestores afirmam que recurso financeiro que vem via governo federal para investir no EMI demora a chegar, quando chegam não atende às necessidades estruturais e pedagógicas, ou seja,

É uma proposta copiada dos países desenvolvidos, onde realmente está acontecendo é melhorando cada vez mais a escola pública, exemplo a Finlândia. Mas no Brasil infelizmente é jogada na sociedade sem estrutura, amparo e investimento, só na teoria. (D. 9)

Outro vai além, afirma que “[...] é necessário mais que aumentar a jornada e sim proporcionar a todos os alunos professores, gestores e funcionários condições adequadas para que se devolva as ações que estão propostas na meta” (D. 2).

Por fim, segundo gestores e professores, o mais dificulta atender as metas do Plano Nacional de Educação são de fato, além do já mencionado, a grade curricular, as horas de planejamento, a convivência, sala de leitura, Laboratório de informática, a permanência do aluno na escola, envolvimento do aluno em projetos, integração entre escola e comunidade, entre outras.

E sobre as fragilidades, a principal é a falta de infraestrutura, falta de apoio por parte da Secretaria de Educação, estruturar a proposta pedagógica de ensino, investimentos, cursos de formação e acompanhamento com os profissionais que atuam nesta área, valorização e apoio dos profissionais, falta de profissionais

habilitados e capacitação, dedicação, renda familiar, faltam profissionais na área da saúde como psicólogo e fonoaudiólogo, envolvimento escolar, familiar, comunidade, rotatividade de contratados (ACT`S).

E como sugestões para essas fragilidades os professores e gestores citam adequar e equipar as escolas com laboratórios, espaços físicos, salas ambientes, enfim melhorar a estrutura física, dar bolsas de estudos aos alunos para que eles possam permanecer estudando em tempo integral sem ter que trabalhar, ofertar aos professores dedicação exclusiva a uma mesma entidade, melhorar as refeições dos alunos, oferecer atividades diversificadas, oferecer capacitação aos professores, formação continuada para cada curso ou modalidade, que se tenha um bom currículo.

E mais, segundo os professores, o sistema de ensino não pode mudar a cada governo, tem que ser uma ideia continuada por muitos anos, para poder ser avaliação apontando o que deu certo e o que pode ser mudado. Os recursos devem ser aplicados efetivamente e deve ter mais fiscalização na educação das obras e na aplicação dos recursos. Melhorar as políticas públicas na educação em todos os níveis, dar condições adequadas aos educadores valorizando os profissionais da educação para que realmente se sintam motivados a realizarem seu trabalho, além de melhorar a estrutura física das escolas com essa modalidade de ensino, para que os jovens estudantes se estimulem a ficar estudando no período diurno. Valorização dos profissionais da educação.

Uma pessoa específica para ser coordenador do Ensino Médio Integral e Inovador. Tornar a educação integral profissionalizante. Para cada curso ou modalidade que se tenha um bom currículo, onde todas as áreas e pessoas envolvidas façam a diferença, pois algumas pessoas ou funções têm encargos. Uma estrutura que garanta a formação integral do aluno, e não apenas um espaço para o estudante permanecer na escola em tempo integral. Planejamento, atitude, preocupação real com a educação e melhoria do Ensino Médio. Continuidade e melhoria dos projetos. Repensar a questão do SENAI. Incluir somente estudantes do nono ano e pós médio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir desse estudo, vários apontamentos podem ser feitos referindo ao Ensino Médio inovador, na modalidade de Ensino Integral, a partir da proposta do Plano Nacional de Educação em escolas da Rede Pública Estadual.

As leituras realizadas para o desenvolvimento deste estudo apontaram que a proposta do programa de Ensino Médio Integral, em curso, ainda é uma ação que precisa ser adequada do que está previsto no plano e a realidade das escolas.

Na região do Oeste catarinense, o Ensino Médio Integral é um desafio aos gestores, professores, alunos e pais. O estudo tem evidenciado que o fator de infraestrutura, investimentos financeiros e pedagógicos pesam na decisão do aluno trocar essa modalidade para o ensino regular à noite para trabalhar durante o dia. Com certeza, essa será um desafio para efetivar o que se almeja Plano Nacional de Educação quanto ao acesso e permanência de adolescentes de 15 a 17 anos no Ensino Médio Integral, pois se a escola tem limitações em infraestrutura, investimentos financeiros e pedagógicos acabam pesando na decisão do estudante na permanência na escola e nesta modalidade de ensino.

Outra questão enfatizada pelos entrevistados diz respeito à meta 6 do Plano Nacional de Educação, PNE 2011-2020; “oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica. O acesso e a permanência do estudante precisa ser levada com mais seriedade pelos governos para que essa meta não se torne mais um número na estatística nacional. Fazer com que o aluno permaneça no Ensino Médio Integral 7 horas por dia precisa ser uma formação diversificada, com equipamentos e metodologias que atraem e o motivem a buscarem essa modalidade de ensino. De modo geral, os alunos e professores não se sentem muito motivados pela precariedade no que é oferecido pelos governos.

Em vários momentos gestores e professores falaram das dificuldades, dos entraves na efetivação da proposta, mesmo que eles se reúnam constantemente para discutirem, isso é um passo importante, como podem melhorar o ensino mesmo diante de tantos desafios estruturais e pedagógicos.

Os estudantes colocam se não há uma motivação para permanecerem do Ensino Médio Integral será melhor, então, ou muda-se a forma de efetivação da proposta ou será melhor procurarem instituições que oferecem cursos profissionalizantes que, pelo menos, fazem encaminhamento de alunos ao mercado de trabalho.

Diante do exposto, observa-se que há muitos entraves a ser trabalhado para que a normatização do Plano nacional de Educação (PNE 2011-2020) seja um fato que realmente torne o acesso e a permanência de adolescentes de 15 a 17 anos uma realidade, ou será mais um plano que atende mais a pressão de organismos internacionais do que propriamente uma aspiração do Estado para com o desenvolvimento do ensino como prevê filosoficamente as metas estabelecida no plano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 24/1/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio. Brasília, 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho nacional de educação. Parecer CNE/CP nº: 11/2009: Proposta de Experiência Curricular Inovadora do Ensino Médio. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). *Censo escolar 2011*. Brasília, DF: MEC/ INEP/DEEB, 2011c.

BRASIL, Ministério da Educação PAR - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS RELATÓRIO PÚBLICO APRESENTAÇÃO. Brasília, DF: 2007a.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Plano nacional de Educação – PNE. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/ Plano Nacional de Educação – PNE \(pne\\_projeto\\_lei.pdf\)](http://portal.mec.gov.br/Plano_Nacional_de_Educacao_-_PNE(pne_projeto_lei.pdf)).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 17/2007. Programa Mais Educação. Brasília, 2007b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Rede de Saberes Mais Educação: Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD, MEC), 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral do Ensino Médio. Programa Ensino Médio Inovador / Documento Orientador. Brasília, 2011a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de concepções e orientações curriculares para educação básica. Coordenação geral do ensino médio. Programa ensino Médio inovador. Brasília: 2009<sup>a</sup>

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. MINAYO, M. C. S. (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. Pearson Prentice Hall. São Paulo, 2005.

LIMA, Valdeney. **Políticas de Ampliação da Jornada Escolar no Brasil**. Disponível em:  
<http://educacaointegral.wordpress.com/2010/04/09/politicas-de-ampliacao-da-jornada-escolar-no-brasil>

LINS, Ana Maria Moura. **Educação Moderna**: contradições entre Projeto Civilizatório e as Lições do Capital. Campina-SP: Autores Associados, 2003.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortes Editora, 1992.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina. Etapa Ensino Médio. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/educadores/etapas/medio>.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas-SP: Autores Assciados, 2000.

UNESCO, Plano Nacional de Educação. Brasília: Senado Federal – Comissão de Educação, UNESCO, 2001.  
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>